

Sua Excelência o Ministro Adjunto e da Economia

Exmos. Senhores Convidados

Senhor Bastonário e Senhor Presidente da Mesa da Assembleia
Representativa da OROC

Caras e Caros Colegas,

Cabe-me, enquanto Coordenador da Comissão que organizou este XIII Congresso, dirigir-vos algumas palavras antes do seu encerramento por sua excelência o Ministro Adjunto e da Economia e cuja presença muito nos honra.

Começo por agradecer a todos os distintos oradores a sua disponibilidade para enriquecerem este Congresso com o seu saber, convicto de que as suas intervenções nos ajudarão a refletir sobre como trilhar novos caminhos.

Agradeço também a presença de todos os nossos convidados o que demonstra a consideração que têm por todos nós e pelo serviço que prestamos à sociedade.

Agradeço, por último, aos restantes membros da Comissão – os nossos colegas António de Sousa e Menezes e Ana Harfouche – bem como à nossa incansável Secretária-Geral Ana Cristina Doutor e a todo o Secretariado e serviços de apoio, na pessoa da D. Maria Ana Gomes, todo o empenho, competência e brio que colocaram ao serviço da Ordem para que este evento corresse da melhor forma possível.

A todos, o meu muito obrigado.

Quando há uns anos atrás se começou a discutir o futuro da auditoria, no contexto pós-crise da economia global, muitas foram as iniciativas lideradas quer por governos, quer por reguladores, quer por organismos profissionais internacionais para dar resposta às expectativas de um vasto conjunto de stakeholders (para além dos destinatários diretos do relatório do auditor), e para mitigar a quebra de confiança que se instalou nos mercados quanto à qualidade do trabalho que desenvolvemos e quanto ao seu real valor.

Houve a nível europeu e nacional alterações significativas no quadro legal e regulamentar aplicável à atividade de revisão legal de contas e aos revisores oficiais de contas, com mecanismos reforçados de supervisão por entidades externas à profissão, com limitações de atividades consideradas conflituantes e aparentemente violadoras da independência, e com novas exigências quanto à forma e conteúdo das comunicações que os revisores oficiais de contas devem fazer, para além do que comunicam através do seu relatório.

Muitas leis e regulamentos depois e, também, muitas outras falências depois, existe claramente uma diferença de perceção pública do que é que os stakeholders no seu conjunto esperam do auditor para satisfazer as suas necessidades, e o que o auditor entrega aos stakeholders de acordo com a lei, os regulamentos e as normas profissionais atuais.

De facto, o que parece estar a passar-se, é uma alteração dos pressupostos em que assenta a auditoria às contas tradicional, ou seja, a prestação de um serviço que conduz a uma opinião

sobre a informação financeira histórica na base da qual os destinatários tomam decisões. E as questões que se colocam incluem:

- Uma auditoria deve ser dirigida para satisfazer as necessidades dos acionistas e potenciais investidores, ou deve contemplar um conjunto alargado não específico de stakeholders com interesses distintos?
- Uma auditoria seria mais útil se incluísse alguma garantia de viabilidade futura e, nesse caso, isso impediria a ocorrência de falências?
- Uma auditoria deve cingir-se à expressão de uma opinião sobre a apresentação apropriada das demonstrações financeiras, ou deve incluir múltiplas opiniões que incluam, também, a informação não financeira, o desenvolvimento sustentável ou os riscos do negócio?
- Se for alargado o âmbito da auditoria a estas outras funções e responsabilidades, as atuais normas internacionais de auditoria que somos obrigados a cumprir continuam apropriadas? E deve haver normas de auditoria ajustadas a entidades de menor dimensão e complexidade?

Mas não ficamos por aqui. No Relatório Brydon a que o Alan Johnson fez há pouco referência, questiona-se até se, para mitigar eventuais conflitos de interesses, as firmas de auditoria não deveriam dispensar-se de prestar outros serviços para além da auditoria.

Temos um caminho a percorrer. Mas não nos iludamos. Para alterarmos a diferença de perceção pública do que é um trabalho de auditoria às contas e o valor que ela tem para a economia,

temos de reconhecer os erros que cometemos e, humildemente, trabalhar entre nós e em conjunto com os stakeholders para encontrarmos soluções para mitigar essa diferença.

O escrutínio público a que temos estado sujeitos obrigam-nos a isso. Não podemos enterrar a cabeça na areia. Nem podemos estar à espera que seja sempre por via legislativa que resolvemos os nossos problemas.

O que fazer, então? Que caminhos devemos trilhar para reganhar a credibilidade e aumentar a confiança pública?

Durante o dia de hoje, ouvimos aqui vários testemunhos dos nossos brilhantes oradores sobre os novos caminhos da economia e dos negócios, da inteligência artificial impregnada nos novos processos, da digitalização e virtualização das transações, das formas cada vez mais etéreas de armazenar, comunicar e relatar informação e de a propagar à escala global, e de manter essa informação protegida de intrusão. Cada vez mais ouvimos falar de blockchain, de cryptomoedas, de machine learning, de big data.

A inovação tecnológica está a afetar a profissão profundamente pois os sistemas das entidades para recolher, processar e armazenar os dados a auditar são cada vez mais complexos e sofisticados. Os papéis que serviam de prova para a auditoria estão a deixar de circular e a informação que constava no papel está agora num desenho que vemos num monitor que a vai buscar à nuvem.

Temos de estar preparados para este desafio.

Este contexto, reforça a necessidade de dotarmos as nossas estruturas de recursos técnicos atualizados e robustos e de recursos humanos mais competentes e qualificados. É crítico o investimento que as sociedades de auditoria devem fazer na utilização e sofisticação de novas tecnologias de informação e em sistemas de trabalho adequados aos riscos que estão associados às transformações em curso. E para utilizar com eficácia e eficiência essas tecnologias e sistemas devemos procurar os recursos humanos apropriados havendo quem diga que, tendencialmente, a auditoria deixará de ser feita por auditores financeiros para passar a ser feita por auditores engenheiros.

A existência destas competências dentro das sociedades é crítica para o bom desempenho das nossas equipas e para dar mais conforto às nossas conclusões. E é crítica também a atualização permanente que devemos fazer através de formação contínua apropriada para conseguirmos gerir os riscos decorrentes da inovação.

A utilização de ferramentas de auditoria de base tecnológica já existentes no mercado, algumas das quais, mais uma vez, estão expostas neste Congresso, ajuda o auditor a tornar mais eficiente e eficaz a auditoria, contribuindo para a melhoria da sua qualidade. Por exemplo, a importação para as nossas ferramentas de trabalho das bases de dados das transações dos nossos clientes permite alargar as amostras dos testes que decidimos fazer para populações mais amplas proporcionando mais e melhor informação para analisar, como a identificação de anomalias e erros ou tendências.

Porém, apesar de a utilização crescente de novas tecnologias alterar a forma como obtemos a prova e como tratamos os riscos, existe um elemento central na auditoria que deve continuar a merecer a nossa atenção que é o exercício de ceticismo profissional consistente e de julgamento profissional fundamentado.

O exercício de ceticismo profissional é, também, uma preocupação dos stakeholders.

Não podemos ignorar que, por vezes, fomos complacentes com as posições tomadas pelos gestores dos nossos clientes na elaboração do relato financeiro anual. Isto pode resultar de não termos conseguido desafiar essas posições com robustez suficiente, com a competência exigida, questionando mais e melhor, procurando outras fontes de informação e de prova, não deixando perguntas por fazer e exigindo respostas até ficarmos satisfeitos. É isso que é exigido pelas normas de auditoria e é isso, também, que nos ajuda a fundamentar os nossos julgamentos.

Caras e caros colegas,

Alguns dos novos caminhos da auditoria passam necessariamente pela utilização de mais e melhor tecnologia nos nossos processos de trabalho em resposta à constante evolução tecnológica presente nos negócios desenvolvidos pelos nossos clientes.

Passam pela aplicação apropriada das normas de auditoria relevantes em cada caso.

Passam pelo exercício mais exigente de ceticismo profissional e de julgamento profissional fundamentado.

Passam, por isso, por equipas com capacidades e competências multidisciplinares adquiridas através da educação e da formação contínua.

Tudo isto é exigido pelos stakeholders. E tudo isto custa dinheiro. Por isso, os stakeholders devem pagar um preço justo. A auditoria não pode ser vista simplesmente como uma commodity e, nesta matéria, temos uma responsabilidade que é a de não aceitar preços que não reflitam a competência e o investimento que nos são exigidos.

Não quero terminar sem fazer uma referência ao efeito que a inovação tecnológica, o conhecimento dos negócios e mercados e a existência de várias competências têm na melhoria da qualidade da auditoria, também ela com diferentes perceções.

Apesar de a qualidade da auditoria ser um conceito difícil de definir, a avaliação da qualidade depende da perspetiva de quem avalia e dos critérios e indicadores que utiliza.

Temos as nossas responsabilidades no caminho para melhorar a qualidade dos nossos serviços. Mas não se pode esquecer, nem confundir, a nossa responsabilidade com a responsabilidade dos outros.

Os auditores fazem parte do que se chama o ecossistema da cadeia de relato financeiro de uma entidade, de que fazem parte

também, e em primeiro lugar, os administradores e outros membros da gestão, e os encarregados da governação e outros membros dos órgãos de supervisão e fiscalização.

Estes também têm uma responsabilidade. E quanto mais competentes e íntegros forem estes órgãos, melhor será a qualidade da auditoria. Quanto mais robustas forem as estruturas do governo societário e os valores e cultura da liderança das organizações, melhor será a qualidade da auditoria.

E só trabalhando todos em conjunto com o mesmo fim é que estaremos, todos também, em condições de contribuir para o interesse público.

Como Revisores Oficiais de contas já enfrentámos outros desafios no passado e soubemos estar à altura de os vencer com perseverança e com humildade. E estou convicto de que os ROC, em conjunto, terão a capacidade e a vontade suficientes para percorrer os novos caminhos que temos pela frente com a dignidade e o sentido de responsabilidade que sempre nos caracterizou.

Disse.